



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO**

**N.º do Pedido:** BR102014032991-9      **N.º de Depósito PCT:**  
**Data de Depósito:** 30/12/2014  
**Prioridade Interna:** 03 865-6 30/12/2013 (BR 10 2013)  
**Depositante:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BRMG) ,  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (BRPR)  
**Inventor:** FLAVIO GUIMARÃES DA FONSECA, ALICE FERNANDES ALFIERI,  
MICHELE LUNARDI, RODRIGO ALEJANDRO ARELLANO OTONEL,  
AMAURI ALCINDO ALFIERI @FIG  
**Título:** “Processo de obtenção e recuperação de vlps recombinantes obtidas  
do papilomavírus bovino tipo 2 expressas em células de mamíferos e  
o uso para composição vacinal ”

**PARECER**

<b>Quadro referente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e Sequências Biológicas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O pedido foi encaminhado à ANVISA (art. 229-C da LPI, incluído pela Lei 10.196/2001)	x	
A exigência ref. ao acesso ao patrimônio genético nacional foi emitida (Resol. INPI PR n.º 69/2013)	x	
O pedido refere-se a Sequências Biológicas	x	

**Comentários/Justificativas**

De acordo com o artigo 229-C da LPI, a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos dependerá da prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Conforme publicado na RPI nº 2454, o presente pedido foi encaminhado para ANVISA no dia 16/01/2018 . Em 19/06/2018 , o pedido foi recebido de volta, conforme publicação na RPI nº 2476. Segue uma breve transcrição do parecer nº 118/18/COOPI/GGMED/ANVISA emitido pelo servidor Maria Eugenia V. Martins:

Portanto, em razão das discussões em epigrafe considera-se que as matérias reivindicadas nos referidos pedidos não são contempladas no art. 229-C da Lei 9.279/96, de forma que se sugere o re-encaminhamento dos mesmos ao INPI.

O INPI emitiu a exigência de código 6.6.1 na RPI nº 2460 de 27/02/2018 , para fins de manifestação do depositante quanto à ocorrência de acesso ao Patrimônio Genético nacional e/ou Conhecimento Tradicional Associado para obtenção do objeto do presente pedido. Não tendo havido manifestação do depositante no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da

publicação na RPI, o INPI deu prosseguimento ao exame técnico com o entendimento de que não houve acesso ao patrimônio genético nacional e/ou conhecimento tradicional associado, conforme consta no texto do despacho de código 6.6.1 publicado na RPI, de acordo com entendimento firmado pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INPI (PFE-INPI) no Parecer nº 00001/2018/PROCGAB/PFE-INPI/PGF/AGU (Processo INPI nº 52400.002142/2018-30), publicado nas RPIs nº 2465 (03/04/2018), 2466 (10/04/2018) e 2467 (17/04/2018), ao qual foi atribuído caráter normativo na RPI nº 2485 de 21/08/2018. Não houve manifestação.

Foi apresentada nova listagem de sequências biológicas na petição de nº 870210015903 de 17/02/2021 conforme a Resolução INPI nº 187/2017.

<b>Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas</b>			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1-17	014140002566	30/12/2014
Listagem de sequências*	Código de Controle	870210015903	17/02/2021
Quadro Reivindicatório	1-2	870210015903	17/02/2021
Desenhos	1-2	014140002566	30/12/2014
Resumo	1	014140002566	30/12/2014

*\*Listagem de sequências em formato eletrônico referente ao código de controle DDE74F3351664618 (Campo 1) e 48F21C8F4F242930 (Campo 2).*

<b>Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI</b>		
Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		<b>x</b>
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		<b>x</b>
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	<b>x</b>	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	<b>x</b>	

#### **Comentários/Justificativas**

O problema apontado no exame anterior foi devidamente corrigido pela remoção da reivindicação 1.

<b>Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI</b>		
Artigos da LPI	Sim	Não

O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	<b>x</b>	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	<b>x</b>	

**Comentários/Justificativas**

Sem comentários ou justificativas pertinentes.

<b>Quadro 4 – Documentos citados no parecer</b>		
<b>Código</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de publicação</b>
-	-	-

<b>Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)</b>		
<b>Requisito de Patenteabilidade</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>Reivindicações</b>
<b>Aplicação Industrial</b>	Sim	1-3
	Não	-
<b>Novidade</b>	Sim	1-3
	Não	-
<b>Atividade Inventiva</b>	Sim	1-3
	Não	-

**Comentários/Justificativas**

Não foram encontrados documentos considerados relevantes à novidade e atividade inventiva da matéria reivindicada. A matéria das reivindicações 2-4 possui novidade e atividade inventiva perante os documentos encontrados no estado da técnica para o presente pedido, cumprindo o disposto no Art. 11 e Art. 13 da LPI, respectivamente.

**Conclusão**

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo e o código de controle que será incluído automaticamente na carta patente.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021.

---

Luiz Fernando Zmetek Granja  
Pesquisador/ Mat. Nº 2316810  
DIRPA / CGPAT II/DIALP  
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº  
009/18